

## Carta do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli

[http://oglobo.globo.com/economia/miriam/post.asp?cod\\_Post=144065&a=155](http://oglobo.globo.com/economia/miriam/post.asp?cod_Post=144065&a=155)

Minha Cara Miriam Leitão,

gostaria de fazer alguns comentários sobre sua coluna do último sábado, dia 29. No primeiro e último parágrafos, você destaca a importância da crítica, avaliação permanente e acompanhamento pelos diversos públicos de interesse do que se passa com a Petrobras. Concordo inteiramente. Acredito, no entanto, que os comentários públicos, especialmente de pessoas de reconhecida influência como você, devem ser sempre baseados em fatos e dados e não em informações inverídicas e inadequadas. Vamos aos fatos:

1 - Não é verdade que a revelação do empréstimo da CEF “veio de um senador da oposição”. Os dados deste empréstimo foram publicados, de forma absolutamente normal, nas informações regulares que prestamos às autoridades e a todo o mercado financeiro quando da divulgação do nosso balanço trimestral. Ele está reportado nas Informações Trimestrais - ITR do terceiro trimestre de 2008, nas páginas 84 e 85, que foram arquivados na Comissão de Valores Mobiliários e amplamente divulgados pela Petrobras em 11 de novembro de 2008. Elas podem ser acessadas no site da CVM como no site de Relações com Investidores da Petrobras, na seção de Relatório Financeiros ([www.petrobras.com.br/ri](http://www.petrobras.com.br/ri)).

Neste sentido, também não é correta a insinuação de que não teríamos “critérios contábeis transparentes”. Adotamos práticas e procedimentos de forma amplamente reconhecida pelo mercado e analistas como dos mais transparentes da indústria. Atendemos a todos os requisitos contábeis da legislação brasileira e dos Estados Unidos da América.

O empréstimo da CEF de fato apresenta algumas “singularidades” pelo seu volume e por ter sido realizado com instituição bancária brasileira no mercado nacional. Singular, aliás, é o momento que vivem o mercado financeiro e as empresas em todo o mundo em consequência da grave crise originada pelos Estados Unidos e países ricos. Até recentemente, a Petrobras vinha realizando de forma trivial, operações semelhantes no mercado internacional, devidamente reportadas, mas sem a repercussão provocada pela politização, muitas vezes irresponsável, tão conveniente à oposição.

No entanto, nem estas “singularidades” modificam as praticas bancárias normais, as condições do mercado de crédito e as autorizações regulatórias pertinentes. Dada a contração dos mercados internacionais de crédito, o Conselho Monetário Nacional estendeu à Petrobras as mesmas condições que gozam as empresas privadas quanto ao acesso a empréstimos com o Sistema Financeiro Nacional, um dos mais sólidos do mundo neste momento. Realizamos uma operação absolutamente legal, legítima, em condições de mercado com a CEF e podemos voltar a fazer outras com instituições brasileiras, se as condições forem adequadas pois, conforme amplamente divulgado em nosso plano de negócios, temos captações a fazer nos próximos anos.

2 - Quanto ao teor do enxofre do diesel, também há uma série de incorreções em seus comentários, geradas, acredito, de informações repassadas por fonte citada na coluna. A fonte em questão está em campanha aberta contra a Petrobras, beirando a irresponsabilidade. De novo, vamos aos fatos:

É mentirosa a afirmação de que a resolução do Conama define limites para a redução do enxofre. Ela se refere a emissões de particulados, o que não é tecnicamente a mesma coisa.

É equivocado seu relacionamento entre importações e presença de enxofre do diesel. A diferença entre preços de importação e vendas do mercado brasileiro se ampliou devido ao ritmo rápido de aumento dos preços internacionais em meados do ano de 2008, quando o preço do barril atingiu a faixa dos 140-150 dólares, o crescimento da demanda brasileira devido à pujança da safra agrícola, o tempo para o processamento das importações, desembarço em portos brasileiros, tempo de estocagem e do tempo de entrega para os distribuidores brasileiros. Estes processos foram surpreendidos pela velocidade de mudanças dos preços, provocando as defasagens registradas no balanço do terceiro semestre.

A nossa política de preços de diesel tem sido sistemática, clara e perfeitamente transparente: não repassamos para o mercado brasileiro as flutuações de curto prazo dos preços internacionais e as mudanças curtas de taxa de câmbio. Essa política, às vezes, nos consome caixa, conforme aconteceu no terceiro trimestre deste ano, entretanto mantemos o relacionamento dos nossos preços domésticos com os preços internacionais nas suas tendências consolidadas de longo prazo.

Os comentários de sua fonte sobre o ISE e as conseqüências para a Petrobras revelam uma inusitada e surpreendente quebra de condições de contrato da entidade a quem este senhor pertencia ou pertence com a instituição que gerencia o ISE. Uma das condições deste contrato é o respeito à confidencialidade das suas decisões.

A Petrobras solicitou formalmente ao ISE informações sobre os motivos de sua exclusão, e até agora não fomos atendidos, recebendo apenas respostas genéricas que não confirmam ao que a fonte em questão vem vociferando contra a empresa.

Miriam, acredito que, lamentavelmente, muitos de seus comentários consolidam uma visão conceituada previamente de que tudo o que fazemos tem motivações políticas e que as críticas que nos fazem são geralmente técnicas. Não concordo com esta visão e acredito que a maior parte das críticas neste momento é motivada por razões profundamente políticas e ideológicas, sem embasamento técnico.

Certo de que meus esclarecimentos serão levados em conta, despeço-me,

José Sergio Gabrielli de Azevedo